


## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO

1.1 Registro de preços para Aquisição de equipamentos de iluminação, som e efeitos cênicos para a Autarquia Educacional do Belo Jardim - AEB, destinados à realização de eventos pedagógicos, culturais, apresentações artísticas e atividades de integração institucional, garantindo suporte técnico e operacional para a montagem e execução de ambientes audiovisuais, durante o período de 12 meses, conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste instrumento.



#### 1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador;

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UND	QTD	VALOR MAXIMO ACEITAVEL	TOTAL	IMAGENS ILUSTRATIVOS
01	<b>COMMAND DE ILUMNAÇÃO.</b> Características mínimas: A expansão (até 4.096 parâmetros adicionando hardwares compatíveis, ou operando como backup em sistemas de rede maiores). Conectividade e Protocolos: Conexão direta ao computador (PC) via interface USB padrão. O equipamento deve possuir 4 (quatro) portas DMX físicas embutidas para saída/entrada de dados, além de suportar a transmissão de dados através de protocolos Ethernet gerados pelo software. Interface de Operação Física: Seção de comando completa e dedicada. Faders A/B com curso de 100 mm. Disco de nível (Level-Wheel). Teclas individuais de operação silenciosa (sem clique acústico/click-less), com retroiluminação ajustável (dimerizável). Recursos Adicionais: Deve possuir porta USB dedicada para conexão de luminária de mesa externa e slot de segurança padrão Kensington (trava antifurto). Alimentação Elétrica: Fonte de alimentação universal integrada ao chassi do equipamento. Características Físicas: Design ergonômico, compacto e leve, adequado para uso móvel e turnês. Dimensões aproximadas: 536 mm (L) x 395 mm (P) x 70 mm (A). Peso aproximado: 6 kg. Itens Inclusos: 1 (uma) Superfície de Controle de Iluminação, cabos de energia e dados (USB) necessários para o funcionamento e manual de instruções.	601279	UND	01	R\$ 3.300,00	R\$ 3.300,00	
02	<b>MOVING BEAM 9R COM BORDA.</b> Características mínimas: Conjunto composto por 2 (dois) refletores de efeitos visuais do tipo Moving Head (cabeça móvel) com efeito Beam, e 1 (um) estojo rígido de transporte (Hard Case) duplo. O conjunto deve atender, obrigatoriamente, às seguintes especificações técnicas mínimas: Especificações dos Refletores (Moving Heads): Fonte Luminosa Principal: Lâmpada de descarga com potência mínima de 250W (padrão 9R). Temperatura de Cor: Aproximadamente 8000K. Fonte Luminosa Secundária: Fita/Anel de LED frontal integrado para efeitos visuais complementares. Movimentação: Eixos acionados por motores trifásicos de alta precisão (movimentação rápida e silenciosa). Ângulo de rotação Pan de 540° e Tilt de 270°. Controle e Configuração: Interface com display LCD com tecnologia sensível ao toque (touch screen) para acesso ao menu de configurações. Modos de Operação: Compatível com protocolo DMX 512, modo Automático,	481675	KIT	02	R\$ 5.342,68	R\$ 10.685,36	

	<p>modo Ativação por Som e modo Master/Slave. Refrigeração e Proteção: Sistema de ventilação mecânica forçada (cooler) e sistema interno de proteção térmica contra superaquecimento. Grau de Proteção (IP): IP20 (indicado para uso em ambientes internos). Construção: Estrutura interna (chassi) em alumínio e acabamento externo (capas) em material emborrachado ou plástico com propriedades antichamas. Alimentação Elétrica: Tensão Bivolt (110V/220V), frequência de 50/60Hz. Especificações do Estojó de Transporte (Hard Case Duplo): Capacidade: Projetado especificamente para acomodar de forma segura 2 (duas) unidades do Moving Head especificado acima, além de compartimento extra para cabos e garras. Construção Externa: Estrutura fabricada em madeira compensada de alta densidade revestida ou material termoplástico rígido resistente a impactos. Deve possuir perfis de encaixe em alumínio e cantoneiras de proteção em metal (aço ou ferro zincado). Proteção Interna: Revestimento interno total em espuma de alta densidade (tipo Ethafoam, EVA ou similar), moldada no formato exato dos equipamentos para absorção de impactos mecânicos durante o transporte. Ferragens e Locomoção: Deve possuir fechos de engate rápido e seguro (tipo borboleta) com suporte para cadeado, alças embutidas com mola (retráteis) nas laterais e base equipada com 4 (quatro) rodízios giratórios de alta resistência, sendo no mínimo 2 (dois) com sistema de freio/trava. Composição do Conjunto e Unidade de Fornecimento: Unidade de Fornecimento: 1 (um) Kit/Conjunto. Itens Inclusos no Conjunto: 2 (dois) refletores Moving Head Beam 250W, 1 (um) Hard Case duplo de transporte, 2 (dois) cabos de alimentação de energia, 4 (quatro) alças/suportes (ômeças) para fixação em treliças e manual de instruções.</p>						
03	<p><b>PAR LED SLIM RGBWA+UV 18X18W.</b> Características mínimas: Fonte de Luz: Sistema composto por 18 (dezoito) peças de LED com potência de 18W cada. Sistema de Cores (Mistura): Tecnologia de LED "6 em 1", englobando obrigatoriamente as cores RGBWA+UV (Vermelho, Verde, Azul, Branco, Âmbar e Ultravioleta/Luz Negra) no mesmo diodo. Potência/Consumo Total: Consumo máximo de energia de 220W por unidade. Canais de Controle: Operação configurável para operar em 6 ou 10 canais de controle. Modos de Operação: Compatível com protocolo DMX512, modo Automático, modo de Ativação por Som (microfone embutido) e modo Master/Slave (Mestre-escravo). Alimentação Elétrica: Tensão Bivolt automático (AC 110-220V), frequência de 50/60Hz. Acessórios Obrigatórios (por refletor): Cada equipamento deve acompanhar alça dupla (braço) para fixação em estruturas ou apoio no chão, parafusos de ajuste e cabo de energia (AC). Especificações do Estojó de Transporte (Hard Case Múltiplo): Capacidade: Projetado especificamente para acomodar de forma segura 10 (dez) unidades do Refletor PAR LED Slim especificado acima, além de espaço livre ou compartimento dedicado para cabos e garras. Construção Externa: Estrutura fabricada em madeira compensada de alta densidade revestida ou material termoplástico rígido resistente a impactos. Deve possuir perfis de encaixe em alumínio e cantoneiras esféricas de proteção em metal (aço ou ferro zincado). Proteção Interna: Revestimento interno em</p>	612401	KIT	01	R\$ 3.485,6667	R\$ 3.485,6667	

	espuma de alta densidade (tipo Ethafoam, EVA ou similar). O interior deve possuir divisórias individuais (formato "colmeia") moldadas sob medida, garantindo que os refletores não sofram atrito entre si durante o transporte. Ferragens e Locomoção: Deve possuir fechos de engate rápido e seguro (tipo borboleta) com suporte para cadeado, alças embutidas com mola (retráteis) nas laterais e base equipada com 4 (quatro) rodízios giratórios de alta resistência, sendo no mínimo 2 (dois) com sistema de freio/trava. Composição do Conjunto e Unidade de Fornecimento: Unidade de Fornecimento: 1 (um) Kit/Conjunto. Itens Inclusos no Conjunto: 10 (dez) refletores PAR LED Slim 18x18W (RGBWA+UV), 1 (um) Hard Case múltiplo de transporte com divisórias, 10 (dez) cabos de alimentação de energia e manuais de instruções.						
04	<b>STROBO DE LED RGB+W 1000W.</b> Características mínimas: Especificações do Estojo de Transporte (Hard Case Múltiplo): Capacidade: Projetado especificamente para acomodar de forma segura 10 (dez) unidades do refletor Strobo especificado acima, além de espaço livre ou compartimento dedicado para cabos. Construção Externa: Estrutura fabricada em madeira compensada de alta densidade revestida ou material termoplástico rígido resistente a impactos. Deve possuir perfis de encaixe em alumínio e cantoneiras esféricas de proteção em metal (aço ou ferro zincado). Proteção Interna: Revestimento interno em espuma de alta densidade (tipo Ethafoam, EVA ou similar). O interior deve possuir divisórias individuais (formato "colmeia") moldadas sob medida, garantindo que os painéis de LED dos refletores não sofram atrito entre si durante o transporte. Ferragens e Locomoção: Deve possuir fechos de engate rápido e seguro (tipo borboleta) com suporte para cadeado, alças embutidas com mola (retráteis) nas laterais e base equipada com 4 (quatro) rodízios giratórios de alta resistência, sendo no mínimo 2 (dois) com sistema de freio/trava. Composição do Conjunto e Unidade de Fornecimento: Unidade de Fornecimento: 1 (um) Kit/Conjunto. Itens Inclusos no Conjunto: 10 (dez) refletores Strobo LED 1000W (RGB+W), 1 (um) Hard Case múltiplo de transporte com divisórias, 10 (dez) cabos de alimentação de energia compatíveis e manuais de instruções.	481675	KIT	01	R\$ 7.813,29	R\$ 7.813,29	
05	<b>MESA DIGITAL.</b> Características mínimas: Equalizador gráfico de 31 bandas, gate de ruído e compressor em todas as saídas. Sistema automático de supressão de microfonia (Anti-Feedback) integrado em todas as saídas de monitor/auxiliares. Efeitos e Análise Visual: Processadores de efeitos de alta qualidade, incluindo no mínimo Reverb (com ajuste de PreDelay), Chorus e Delay. Analisador de espectro de frequências em tempo real (RTA) disponível visualmente em todas as entradas e saídas. Interface de Áudio e Gravação Multipista: Interface de áudio USB multicanal compatível com computadores Mac e PC, bem como com as principais estações de trabalho de áudio digital (DAWs). Sistema de gravação multipista de caminho duplo e redundante, capaz de gravar todos os 24 canais simultaneamente de forma direta em unidade de armazenamento USB externa (pen drive/HD) E também em um computador conectado. Recursos Avançados e Expansão (Firmware): Recurso de cascadeamento para interligação de	605378	UND	01	R\$ 10.357,00	R\$ 10.357,00	



	dois sistemas via cabo Ethernet, permitindo expansão do barramento de áudio bidirecional (mínimo de 32x32), dobrando a capacidade de entradas ou criando mixagens independentes. Sistema para salvar e chamar configurações com rapidez (Cue Recall). Capacidade de envio de comandos de rede (UDP Control Recall) para disparo/integração com sistemas de iluminação.						
06	<p><b>MAQUINA DE FUMAÇA COM CONTROLE DMX.</b> Características mínimas: Equipamento gerador de fumaça artificial para efeitos cênicos e iluminação profissional. O equipamento deve apresentar construção robusta e atender, obrigatoriamente, às seguintes especificações técnicas mínimas: Potência Nominal: 3000 Watts. Tensão de Alimentação: 220V, com frequência de 50-60Hz. Capacidade do Reservatório (Tanque): Mínimo de 3 (três) litros para fluido de fumaça. Vazão/Rendimento de Fumaça: Capacidade de produção de aproximadamente 8.000 CFM (pés cúbicos por minuto). Desempenho Térmico: * Tempo de aquecimento inicial: máximo de 5 minutos. Tempo de reaquecimento entre disparos: máximo de 10 minutos. Projeção: Distância máxima de saída/jato de fumaça de até 50 metros. Controle e Operação: Suporte a protocolo de comunicação DMX512, operando em 1 (um) canal dedicado para acionamento. Acompanha controle remoto sem fio com alcance de sinal de, no mínimo, 25 metros em área livre. Unidade de Fornecimento: 1 (uma) peça. Acessórios Obrigatórios: O equipamento deve ser entregue acompanhado de 1 (um) controle remoto sem fio (com bateria/pilha inclusa), cabo de alimentação elétrica compatível e manual de instruções.</p>	611641	UND	01	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	
07	<p><b>KIT COMPLETO DE ESTRUTURAS METÁLICAS EM ALUMÍNIO (BOX TRUSS PADRÃO Q-25).</b> Características mínimas: Conjunto de estruturas metálicas treliçadas em alumínio (linha Q-25), projetado para a montagem de grids, traves, totens e suportes para equipamentos de áudio, iluminação cênica e efeitos visuais. O conjunto deve ser fornecido completo, com todos os módulos, bases e ferragens de conexão, atendendo, obrigatoriamente, às seguintes especificações técnicas mínimas: Especificações Técnicas Gerais (Padrão Construtivo): Material: Tubos principais fabricados em liga estrutural de alumínio de alta resistência (padrão 6351-T6 ou equivalente superior). Dimensões dos Tubos: Tubos principais com medida mínima de 1 1/2" x 3/32". Capacidade de Carga: O sistema deve suportar uma carga máxima distribuída de, no mínimo, 41 Kg/mt em um vão máximo de 10 metros de montagem livre. Padrão/Modelo: Linha Q-25 (estrutura de face quadrada com aproximadamente 25 cm x 25 cm de face externa). Acabamento: Alumínio natural. Composição do Conjunto (Itens Inclusos e Quantidades): O fornecedor deverá entregar o kit contendo, obrigatoriamente, a seguinte relação de peças modulares e acessórios de montagem: 06 (seis) unidades de Torre/Módulo Reto de 2,5 metros de comprimento (Q-25). 02 (duas) unidades de Torre/Módulo Reto de 1,0 metro de comprimento (Q-25). 04 (quatro) unidades de Cubo de Conexão com 5 faces (Q-25). 04 (quatro) unidades de Cubo/Conexão Angular de 15° (Q-25). 04 (quatro) unidades de Base de Sustentação plana em metal/alumínio (Q-25). 80 (oitenta) unidades de Kit de Parafusos/Conexões e Porcas, próprios para o</p>	627636	KIT	01	R\$ 17.500,30	R\$ 17.500,30	



	travamento e união segura de todas as estruturas da linha Q-25. Unidade de Fornecimento: 1 (um) Lote/Conjunto completo.						
08	<b>GARRA DE FIXAÇÃO PROFISSIONAL.</b> Tipo "Clamp" (algema) confeccionada em alumínio, projetada para a suspensão segura de equipamentos de áudio, iluminação cênica e efeitos visuais em estruturas metálicas. O material deve atender, obrigatoriamente, às seguintes especificações técnicas mínimas: Material de Fabricação: Estrutura fabricada inteiramente em liga de alumínio de alta resistência (não serão aceitas garras de plástico ou ligas metálicas de baixa qualidade/quebradiças). Capacidade de Carga (SWL): Suportar carga máxima de trabalho de, no mínimo, 90 kg por unidade. Compatibilidade (Estrutura): Perfil de encaixe projetado especificamente para ser compatível com tubos de estruturas metálicas padrão Box Truss das linhas Q25 e Q30. Sistema de Aperto no Tubo: Borboleta ergonômica e robusta para aperto manual firme e travamento seguro no tubo da estrutura, dispensando o uso obrigatório de ferramentas. Fixação do Equipamento: A garra deve acompanhar o respectivo parafuso principal, arruelas e porca (ou borboleta) para o acoplamento da alça (ômega) do refletor ou equipamento a ser suspenso. Unidade de Fornecimento: Unidade (1 peça).	627636	UND	25	R\$ 86,00	R\$ 2.150,00	
						<b>VALOR TOTAL</b>	<b>R\$ 57.291.6167</b>

- 1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4 O prazo de vigência da eventual contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser



### **Subcontratação**

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Autarquia Educacional do Belo Jardim - AEB, situado na Rodovia PE 166, KM 05 – Sítio Inhumas, Belo Jardim - PE, em dias com expediente, de segunda-feira a sexta-feira, das 07:30 horas às 17:30 horas.

5.3. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 22, VI);



- 6.7.1.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 22, II);
- 6.7.2.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 22, III);
- 6.7.3.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 22, IV).
- 6.7.4.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 22, V).
- 6.7.5.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 22, VII).

#### **Fiscalização Administrativa**

- 6.8.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto Municipal nº 5, de 2023).
- 6.8.1.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 23, IV).

#### **Gestor do Contrato**

- 6.9.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 21, IV).
- 6.10.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 21, II).
- 6.11.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 21, III).
- 6.12.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 21, VIII).



**6.13.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 21, X).

**6.14.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 21, VI).

**6.15.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

**7.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**7.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.3.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**7.4.** Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 3 (três) dias úteis.

**7.5.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**7.6.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.7.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**7.8.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

**7.9.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

**7.9.1.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.





**7.10.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1.** o prazo de validade;
  - 7.10.2.** a data da emissão;
  - 7.10.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 7.10.4.** o período respectivo de execução do contrato;
  - 7.10.5.** o valor a pagar; e
  - 7.10.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.11.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.12.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.13.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.14.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.15.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.16.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.17.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

- 7.18.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.
- 7.19.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

- 7.20.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.



**7.21.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.22.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.22.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.23.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**8.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Forma de fornecimento**

**8.2.** O fornecimento do objeto será [integral/parcelado/continuado].

### **Exigências de habilitação**

**8.3.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

**8.4. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**8.5. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.6. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.8. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**8.9. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz



- 8.11. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.12. Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- 8.13. Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 8.14.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 8.15.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.16.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.17.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.18.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.19.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.20.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ~~ou Municipal/Distrital~~ do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.21.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.22.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 8.23.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 8.24.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.25.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;





**8.25.1.** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

**8.25.2.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**8.25.3.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

**8.25.4.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

**8.26.** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 1% do valor total estimado da parcela pertinente.

**8.27.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

**8.28.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **Qualificação Técnica**

**8.29.** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**8.30.** Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

**8.30.1.** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

**8.30.2.** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

**8.30.3.** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

**8.30.4.** O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

**8.30.5.** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

**8.30.6.** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:  
a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

#### **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**



**9.1.** O custo estimado total da contratação é o estabelecido no item 1, conforme custos unitários apostos na tabela.

**9.2.** Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**10.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral.

Belo Jardim- PE, 27 de Abril de 2026.

---

**LUAN DE OLIVEIRA LIMA**

Setor de informática

---

**ANTONIO HENRIQUE HABIB CARVALHO**

Diretor – Presidente da AEB